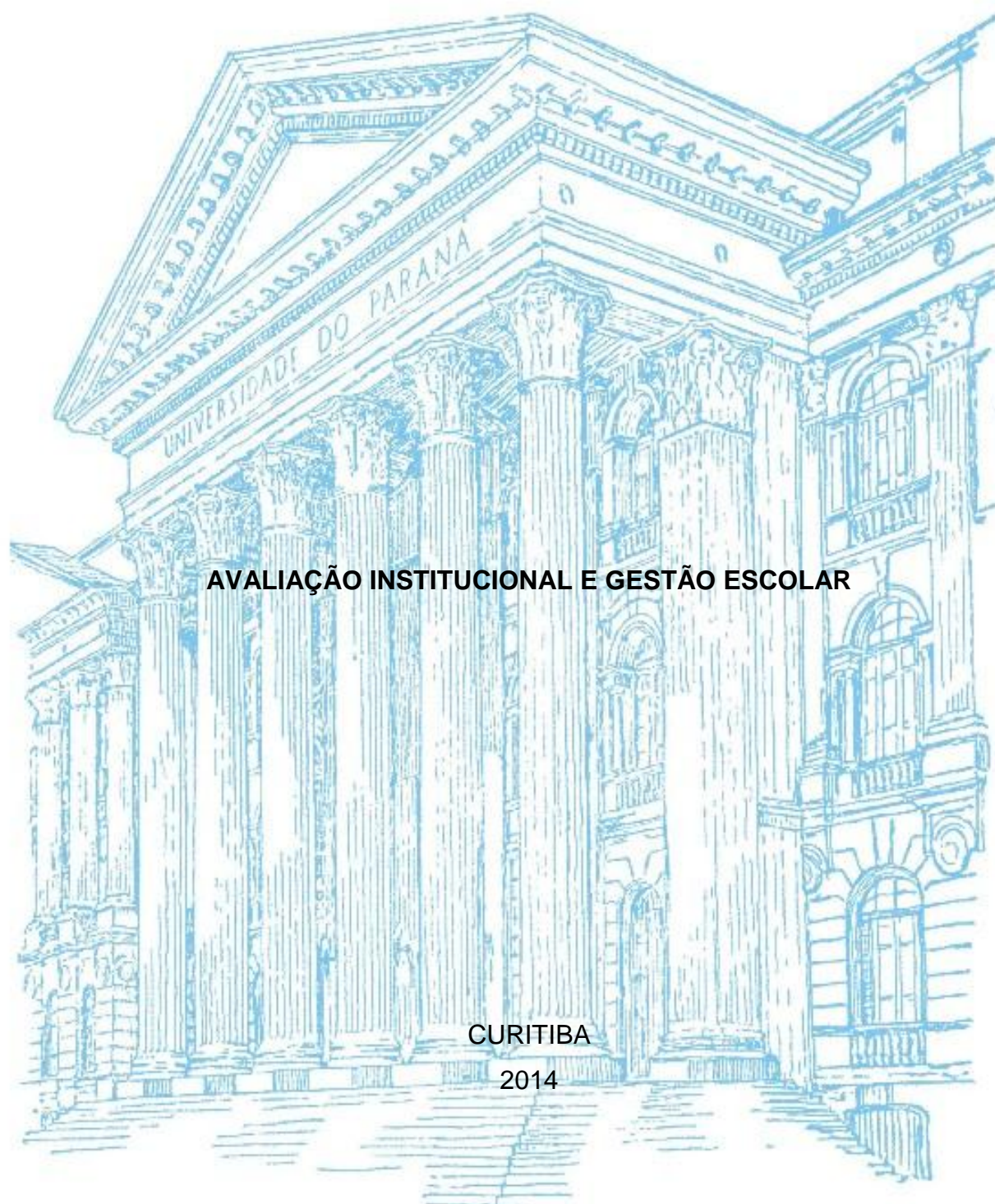


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

RENATA DE LIMA DALLA VECCHIA



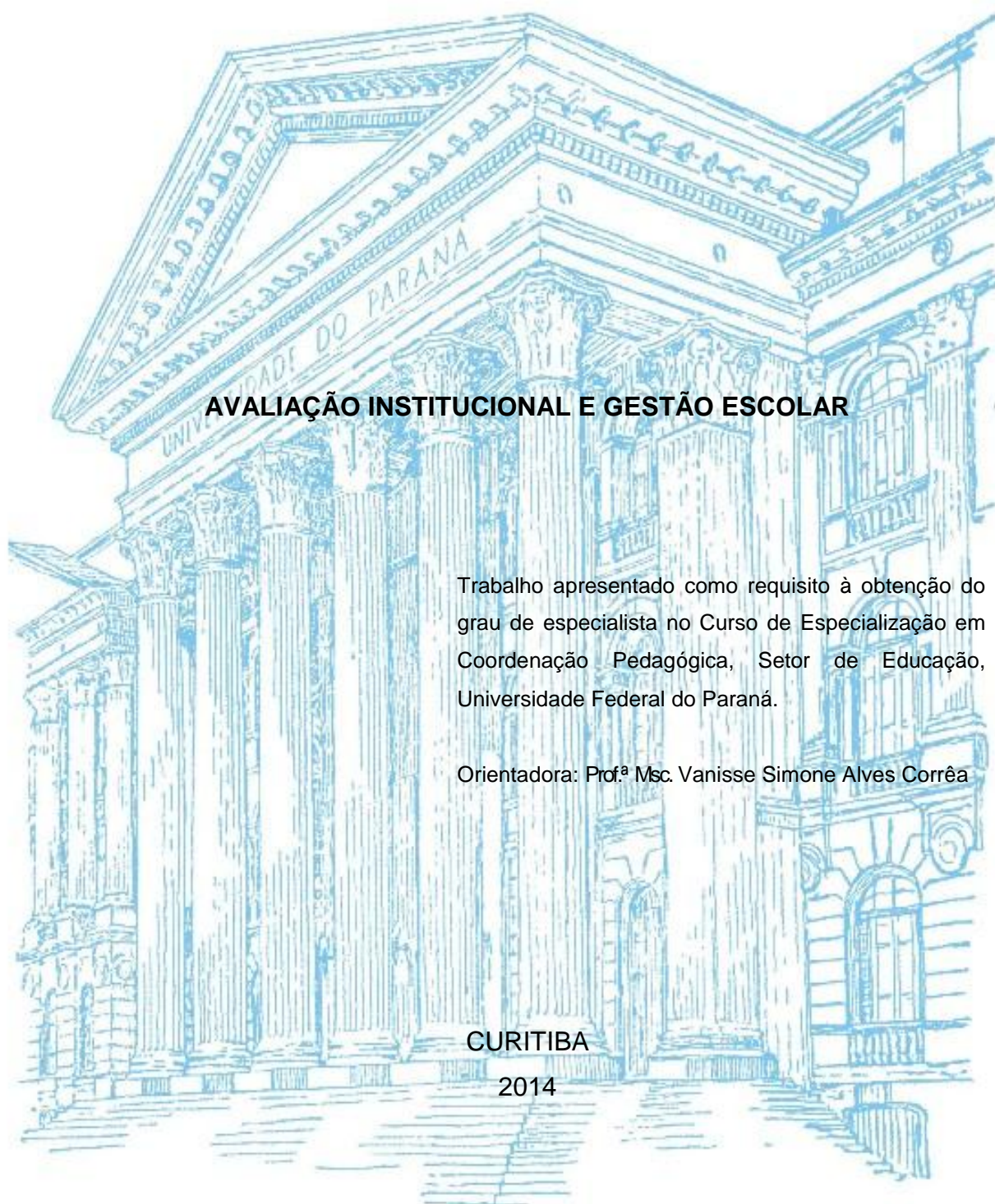
AValiação INSTITUCIONAL E GESTÃO ESCOLAR

CURITIBA
2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

RENATA DE LIMA DALLA VECCHIA



AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E GESTÃO ESCOLAR

Trabalho apresentado como requisito à obtenção do grau de especialista no Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof^a Msc. Vanisse Simone Alves Corrêa

CURITIBA

2014

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E GESTÃO ESCOLAR

Renata de Lima Dalla Vecchia*

Resumo: A avaliação institucional é uma das principais estratégias de gestão escolar, pois através dela que se chega a um diagnóstico da instituição de ensino, tanto de forma quantitativa quanto qualitativa (Dias Sobrinho, 2003). Além disso, é necessário mais estudos sobre a relação entre avaliação e gestão para compreender sua aplicação numa escola pública de qualidade. Assim a pergunta que norteia este trabalho é como os agentes escolares percebem, praticam, vivenciam e compreendem o processo da avaliação institucional? Por isso torna-se relevante identificar os conceitos de avaliação, o histórico, os entraves, limites e possibilidades da práxis avaliação institucional e gestão escolar. Desta forma, foram ouvidos diretores e coordenadores pedagógicos de três de escolas da rede pública municipal de Guaira – PR, onde se buscam as percepções destes sujeitos sobre assuntos direcionados à avaliação, à gestão escolar e à qualidade da educação. Concluiu-se que os gestores entendem que a avaliação institucional é importante estratégia de diagnóstico para os diversos setores da escola, assim como instrumento de percepção sobre as necessidades e melhoria na gestão da escola e na qualidade de ensino. Infelizmente, ainda ocorre de forma isolada e fragmentada, necessitando que seja implantada de forma coerente com a realidade da escola. Em relação aos resultados das avaliações, os gestores ainda não têm clareza quanto ao que fazer com os mesmos, restando apenas o seu enfoque burocrático, controlador e classificatório.

Palavras - chave: Avaliação Institucional, Gestão Escolar, Qualidade de Ensino.

*Artigo produzido pela aluna Renata de Lima Dalla Vecchia do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, na modalidade EaD, pela Universidade Federal do Paraná, sob orientação da professora Msc. Vanisse Simone Alves Corrêa. E-mail: dalla_911@hotmail.com.

Introdução:

Desde o início da década de 1990, consolidando o controle gerencial sobre a educação básica, foram implementadas diversas avaliações externas do sistema educacional brasileiro, como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) a Prova Brasil, a Provinha Brasil e o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

A sociedade brasileira vem empreendendo esforços desde a Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases (1996) para democratizar-se à educação, e hoje, as ações de controle e avaliação na escola pública têm apresentado diversos avanços, mas também diversas limitações, sendo que os avanços o diagnóstico do desempenho dos alunos e já suas limitações encontram-se, sobretudo, na falha em realizar intervenções qualificadas para solucionar os problemas, sejam eles pedagógicos ou administrativos.

Sendo assim é fundamental que os profissionais da educação os gestores compreendam o papel da avaliação institucional na escola básica, quais aspectos definem os critérios para elaboração dos instrumentos de avaliação, análise, divulgação de dados e a tomada de decisões.

Não basta decidir sobre a realização de uma avaliação, talvez só porque esteja prevista no Projeto político Pedagógico da escola, mas ela necessita representar uma concepção de educação, possuir significado, a legitimidade, participação, globalidade e continuidade.

Nos dias de hoje aspectos relevantes e necessários para o bom andamento da escola são ignorados. Apesar de prevista em várias propostas pedagógicas, a avaliação institucional acaba tornando-se apenas mais um documento realizado por obrigação na gestão escolar.

As ações de controle e avaliação externa na escola pública têm apresentado diversos avanços, mas também diversas limitações, sendo os avanços o diagnóstico do desempenho dos alunos e já suas limitações encontram-se, sobretudo, na dificuldade em realizar intervenções qualificadas para solucionar os problemas, sejam eles pedagógicos ou administrativos. (Dias Sobrinho, 2003)

Sendo assim é importante o papel da avaliação institucional na escola básica, quais aspectos definem os critérios para elaboração dos instrumentos de avaliação, análise, divulgação de dados e a tomada de decisões.

A proposta de Dias Sobrinho (2003, p. 181) é que a avaliação produza conhecimentos objetivos e constatações acerca de uma realidade. Neste enfoque, a avaliação institucional torna-se importante mecanismo para a melhoria do processo educacional, visto que os dados desvelam características dos aspectos avaliados, possibilitando um diagnóstico sobre a instituição de ensino e servindo como base para a tomada de decisões. Tal parecer é fortalecido por Stufflebeam (1971) que define a avaliação como o processo de delinear, obter e subministrar informação válida para permitir a tomada de decisões (DIAS SOBRINHO, 2003, p. 47).

A partir da vivência da avaliação institucional o processo formativo da equipe que se instaura na escola permite autoconhecimento e revisão dos modos de atuação. De acordo com Lück:

Não se avalia por avaliar, avalia-se para compreender; não se avalia para descrever, mas para fundamentar uma ação mais competente; não se avalia para simplesmente julgar, mas se avalia para promover avanços, melhoria e desenvolvimento (LUCK, 2012, p. 90).

Nesse contexto, faz-se necessária não apenas a compreensão a respeito da avaliação institucional, como também o estudo a reflexão sobre o entendimento da própria avaliação na gestão da escola, seus entraves, limites e possibilidades. O tema é relevante devido à necessidade de se refletir a respeito dos mecanismos próprios de avaliações institucionais, mas, além disso, de se construir um consenso dos gestores e coordenadores pedagógicos sobre a importância de sua manutenção e da sua continuidade como premissa de qualidade da educação.

O objetivo desta pesquisa é investigar como os gestores escolares percebem, praticam, vivenciam e compreendem o processo avaliativo. Assim, esse trabalho propõe-se a discutir como as ações desempenhadas pela escola podem a partir de uma avaliação institucional ou avaliação interna, tornarem-se importantes mecanismos no estabelecimento da gestão democrática na escola melhoria e na qualidade do ensino oferecido.

A análise das perspectivas da avaliação institucional, a visão dos gestores, as possibilidades e o tipo de avaliação utilizado pelas instituições de Educação Básica favorecem a utilização de seus resultados nas escolas como possibilidade de fortalecimento da gestão democrática e de aperfeiçoar o próprio trabalho pedagógico.

A reflexão ao longo deste curso de especialização, de outros já realizados e de modo especial através das discussões estabelecidas sobre a avaliação

institucional escolar e a gestão democrática e sua importância na formação continuada dos docentes e gestores justificam esse estudo.

A abordagem escolhida foi a pesquisa qualitativa, através da técnica do questionário que mais se adapta aos estudos do ambiente educacional é a que apresenta um esquema mais livre, já que esse instrumento permite mais flexibilidade no momento de entrevistar os diretores (LÜDKE e ANDRÉ, 1986).

Pela natureza da pesquisa e do questionamento central foram escolhidos membros da equipe gestora de algumas escolas municipais todas com considerável experiência em docência nas séries iniciais, eleitas democraticamente através de eleições diretas para o biênio 2012 a 2014. Neste trabalho, à luz da literatura de autores como Fernandes (2002), Melchior e Veiga (1997), Dias Sobrinho (2003) foram averiguados os limites e possibilidades da avaliação institucional dentro da gestão escolar na escola básica.

Na tentativa de responder as questões colocadas foi realizada uma pesquisa bibliográfica, uma pesquisa de campo utilizando a técnica do questionário e também a análise de documentos da escola, como o Projeto político Pedagógico, Regimento Escolar e atas das assembleias.

Gestão escolar democrática e avaliação institucional – Aspectos legais e teóricos

A gestão participativa e democrática consta como princípio descrito no artigo 206 da Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, (inciso VIII do artigo 3º, artigos 12 e 13 e no Plano Nacional da Educação - Lei 10172/2001. No entanto essas leis não garantem a prática efetiva da gestão participativa da comunidade escolar na administração das escolas públicas.

O capítulo V da Deliberação 02/2010 do Conselho Estadual de educação do Paraná assevera:

DA AVALIAÇÃO

Art. 69. A avaliação institucional será realizada mediante instrumentos definidos no âmbito do Sistema Estadual de Ensino, nos termos da legislação aplicável.

Art. 70. A avaliação será operacionalizada pela SEED e pelas instituições, no que lhes couber, submetendo os resultados à apreciação do CEE/PR.

Art. 71. A avaliação institucional dar-se-á pela avaliação interna, pela avaliação externa e pelo desempenho de seus estudantes.

Art. 72. A avaliação interna será da responsabilidade de cada instituição de educação básica, por meio de uma comissão, e contará com a mais ampla participação da comunidade escolar.

Art. 73. A Secretaria de Estado da Educação constituirá uma comissão permanente de avaliação da educação básica, no âmbito do Sistema Estadual de Ensino, que elaborará, para avaliação externa e interna, submetendo-os à apreciação deste.

Art. 74. A avaliação externa, materializada em relatório escrito, constituir-se-á num processo amplo e articulado com a avaliação interna e será regida pelos princípios da organização, sistematização e inter-relacionamento de informações (Deliberação 02/2010 – CEE/PR).

Segundo Fernandes (2003), as experiências de avaliação institucional fracassam porque são realizadas de forma autoritária, visando classificar as escolas em perfis preestabelecidos. Durante muito tempo essa prática passou a ser compreendida como um instrumento das instituições de ensino privado, em especial as universidades para marketing e promoção publicitária. Ainda conforme Fernandes, (2002) a avaliação institucional na educação é um tema recente.

A avaliação institucional, para ser efetiva, não deve estar centrada em modelos prontos que sejam empregados de forma contínua e imutável. Cada escola à luz de conceitos e princípios norteadores deve adotar o discernimento necessário para formular seu programa de auto-exame em caráter flexível, delineando o conjunto de elementos que fazem parte de sua política (LÜCK 2012, p. 60).

Libâneo (2001) também afirma que cada comunidade escolar precisa construir sua proposta de avaliação institucional a partir das suas peculiaridades, características e demandas do grupo, cultura organizacional que diferenciam uma escola da outra.

Consequentemente, um projeto de avaliação institucional não servirá exatamente para outra escola, mas poderá fornecer caminhos para elaboração de modelos próprios, que não são estáticos, pois mudam no tempo e no espaço de acordo com cada realidade.

Souza (2011, p. 24) também afirma a importância da construção de um modelo de avaliação institucional de acordo com a realidade dos espaços escolares. Porque não é possível pensar em um único modelo de avaliação que atenda a todas as escolas. Para que ele ganhe significado institucional, precisa responder ao projeto educacional e social em curso. Portanto, cada escola ou rede de ensino irá

construir a sua proposta de avaliação, a partir de um processo dialógico e negociação de intenções, propósitos e alternativas de ação.

Assim as instituições devem definir também o tipo de avaliação que será utilizada. Para isso é necessário que se compreenda todos os tipos de avaliação e então, que se passe a elaborar uma proposta que melhor identifica suas dificuldades e potencialidades. É na interação e participação qualitativa da vida escolar que mudanças podem ser construídas.

Quando se analisa a gestão escolar percebe-se que o papel político do diretor, as condições de trabalho dos professores, o material e apoio pedagógico e o tempo para realização da avaliação são apontados como elementos facilitadores e/ou inibidores para realização e implementação da Avaliação Institucional Participativa na comunidade escolar, segundo Betini (2010) e Dalben (2010).

É na gestão democrática, na interação e participação qualitativa da vida escolar que mudanças podem ser construídas. Novaes e Carneiro (2012) insistem que:

O processo de avaliação, no contexto de uma instituição educacional, deve ser acompanhado de ampla mobilização dos sujeitos em geral e dos principais atores envolvidos (diretores, professores, equipes escolares, alunos, pais). O enfoque da avaliação associada à participação considera a sociedade como maior beneficiária desse processo (NOVAES E CARNEIRO, 2012, p. 57).

O processo para uma educação de qualidade deve ser transparente para a comunidade que participa e conhece a situação e a realidade da escola. Moraes e Silva afirmam que:

Existe espaço para a avaliação institucional de aperfeiçoamento na escola pública básica, desde que haja a real intenção de se valorizar a gestão democrática, o clima participativo e o desenvolvimento de uma cultura avaliativa que vise à revisão de práticas e à transformação cotidiana da escola e das próprias relações da comunidade (MORAES E SILVA 2010, p. 13).

A avaliação institucional se fortalece na escola e instrumentaliza a realização de sua proposta pedagógica levando a melhoria de sua qualidade educativa quando disponibiliza informações que se tornam parâmetros para a avaliação do projeto pedagógico da instituição. Ela hoje se destaca na elaboração de políticas públicas de educação, onde é concebida como ação política e transforma-se em estratégia de gestão para a educação assim como para o mercado.

Compreender criticamente o projeto político social mais amplo da qual avaliação é parte possibilita interpenetrar as políticas públicas de avaliação e os processos de gestão destas políticas, desvelando significados e

intenções, como elas se materializam no cotidiano das escolas, das salas de aulas, práticas pedagógicas dentro e fora da escola, na direção da própria formação docente, quais os destinos dos resultados avaliativos, como eles vão interferindo na vida de todos os sujeitos que integram a comunidade escolar (ALBUQUERQUE 2008. p. 40).

Para a autora, nesta perspectiva, a Avaliação Educacional, numa visão crítica de Educação, assume um compromisso de ser um processo formativo que contribui para a construção da qualidade social das políticas e dos programas educacionais, sem a necessidade de classificar e nem de criar ranqueamento entre as instituições e os indivíduos da educação. Todavia, o que tem prevalecido nas últimas décadas nas políticas de avaliação do e no sistema educacional no Brasil é a ideia de mensuração e classificação.

Avaliação Educacional tem um caráter inclusivo e desvelador. Inclusivo por buscar produzir informações que ajudem a realizar juízos de valor e tomadas de decisões que possibilitem a inserção dos sujeitos individuais e coletivos nos processos Educacionais para se integrar à sociedade de forma cidadã. Desvelador por intencionar construir sentidos advindos das entranhas e das contradições do cotidiano dos processos educacionais. Estas duas características subsidiam o significado da avaliação enquanto uma dinâmica de fortalecer o movimento que leva à democratização da sociedade, concretizando-se como uma estratégia de gestão da educação como um bem civilizatório, como DIREITO de cidadania, de desenvolvimento pleno da existência humana digna, fraterna e justa (ALBUQUERQUE, 2006, p. 134).

A Avaliação Institucional conjuga-se com mudança, pois se trata de um processo de diferentes significados, é doloroso, lento, com avanços e retrocessos, mas com grande potencial de transformação. Alguns autores conceituam assim:

Entende-se avaliação institucional como um processo sistemático de análise de uma atividade ou instituição que permite compreender, de forma contextualizada, todas as suas dimensões e implicações, com vistas a estimular seu aperfeiçoamento (BELLONI E BELLONI, 2003, p.17).

Avaliação institucional é processo global, contínuo e sistemático, competente e legítimo, participativo, que pode envolver agentes internos e externos na formulação de subsídios para melhoria da qualidade da instituição escolar (FERNANDES; BELLONI, 2004, p.23).

Um projeto que permite o balanço dos rumos da instituição em busca de qualidade. Como processo, a avaliação institucional constitui um serviço prestado a sociedade na medida em que os participantes da instituição possam repensar seus compromissos e metas, modos de atuação e finalidades de suas práticas e de suas missões (LEITE, 2005, p. 23).

[...] um processo de busca de compreensão da realidade escolar, com o fim de subsidiar a tomada de decisão quanto ao direcionamento das intervenções, visando ao aprimoramento do trabalho escolar. Como tal, a avaliação compreende a descrição, interpretação e o julgamento das ações

desenvolvidas, resultando na definição de prioridades a serem implementadas e rumo a serem seguidos, tendo como referência princípios e finalidades estabelecidos no projeto da escola, ao tempo em que subsidia a sua própria definição (SOUSA, 1995, p.63).

A avaliação institucional está indelevelmente conectada à mudança e à melhoria da educação, se adequadamente instrumentalizada, uma vez que se constitui em meio, em ferramenta e não em um fim (BELLONI 1998).

Os sistemas de avaliação pedagógica de alunos e de professores vêm assumindo cada vez mais como discursos verticais de cima para baixo, mas insistindo em se passar por democráticos. Os problemas de ensino e aprendizagem são problemas de gestão e sendo problemas de gestão, precisam de alternativas para o seu enfrentamento (Veiga, 2003).

Por isso, para vários autores, os mecanismos de avaliação institucional apesar das possibilidades possuem limitações, vantagens e desvantagens:

É verdade que a avaliação interna ao ser realizada por pessoas que estão diretamente envolvidas no programa, pode descrever com mais autenticidade e com mais profundidade o que, realmente, está acontecendo. Mas também é verdade que a avaliação nestas condições pode correr o risco de ser demasiado parcial e enviesada (FERNANDES, 2002, p. 6).

A avaliação institucional possibilita o processo formativo da equipe que se estabelece a partir da vivência da avaliação institucional assim como o autoconhecimento e revisão dos modos de atuação. Ela impulsiona a autocrítica das instituições favorecendo as mudanças no cotidiano escolar. A vivência e o planejamento participativo pela comunidade no espaço escolar permitem que se exercite a gestão democrática e o processo de autocrítica. A partir daí é possível realizar um processo formativo, de autoconhecimento e de revisão das formas de atuação.

Os limites e as possibilidades da avaliação institucional se entrelaçam com os fundamentos teóricos metodológicos a serem observados na construção do projeto Político Pedagógico da instituição. Estão relacionados com características da realidade a ser avaliada, podendo variar em tipo, intensidade e qualidade. Segundo Lück (2012) nenhuma prática de avaliação é enfrentada sem passar pela superação de dificuldades, obstáculos e limitações. Cada instituição precisa construir seu modelo avaliativo.

Sobrinho e Ristoff (2000), também afirmam que atualmente, dois tipos de avaliação se contrapõem, sendo necessária uma séria investigação para compreendê-las melhor e assumir posições críticas em favor da democratização do próprio processo avaliativo da educação.

[...] uma, voltada a resolver problemas imediatos, como distribuir os poucos recursos, orientar as matrículas, produzir hierarquizações de instituições, sinalizar currículos e carreiras mais demandados pelo mercado, reconhecer e credenciar, legitimar medidas administrativas e dirigidas ao controle do sistema; a outra, concebendo a avaliação como um mecanismo de compreensão e melhoria de tudo o que constitui uma instituição – pessoas, idéias, ações, recursos materiais – sempre referido à missão e à visão institucional (DIAS SOBRINHO; RISTOFF, 2000, p.43).

Dias Sobrinho (2003) também divide a avaliação institucional em técnico burocrática e participativa. A avaliação técnico-burocrática apresenta características mais formais, partindo de testes, de dados apenas quantitativos, sem contar com a comunidade escolar.

Já a avaliação com enfoque participativo distingue-se pela percepção de dados qualitativos e por todos os agentes participarem do processo, esse tipo de avaliação tem um caráter de tomada de decisões, para a melhoria da instituição, Dias Sobrinho (2003) traz a seguinte reflexão:

O objeto da avaliação exige a noção de globalidade. Avaliar a formação requer que a instituição, enquanto sistema produzido por múltiplas estruturas e relações, diferente autores e valores, se coloquem radical e globalmente em questão, em um processo social que vise construir os juízos de valor sobre o conjunto articulado de suas atividades e instituir os processos que venham a ser considerados mais adequados a apropriados para elevar a qualidade. Um grande desafio de uma avaliação institucional é identificar o essencial de sua tarefa, dentre uma multiplicidade de possibilidades; de um lado evitando o facilitarismo da fragmentação e da superficialidade ou os procedimentos de soma de micro-análise, listagem de produtos ou inventários de serviços, e de outro estabelecendo as relações que constituem a globalidade (DIAS SOBRINHO 2003, p.187).

Percebe-se então a necessidade de se criar mecanismos que auxiliem no acompanhamento das políticas voltadas à educação, visto que ela é concebida como solução para as problemáticas nacionais e sob esse aspecto a avaliação é vista como o primeiro passo.

No entanto todo sistema é voltado para a medição, produção, competição e para outros princípios, tornando a avaliação controladora hierarquizada e classificatória, pois ainda hoje muitas instituições de ensino se apropriam do

processo avaliativo com o intuito de apontar o melhor, punir, medir, classificar. Essa concepção de avaliação deve ser banida da escola, e uma nova cultura avaliativa deve se construir entre os agentes educativos, que entenda a avaliação como estratégia de gestão escolar para a melhoria da educação e que compreenda todo o contexto da escola, de maneira participativa e com princípios democráticos.

Compreender a avaliação como um todo que envolve a coletividade e a totalidade da instituição é o princípio básico para a transformação na escola. Belloni e Belloni (2003) propõem uma alternativa de avaliação por meio de operacionalização de critérios e indicadores. Alguns elementos devem nortear a avaliação institucional e a partir deles é necessário definir critérios para elaboração dos instrumentos de avaliação, análise e divulgação dos dados e tomada de decisão.

Lück (2012), Fernandes (2002), Müller (2001) e Dias Sobrinho(2003) reconhecem que a avaliação institucional na Educação Básica contribui para a gestão democrática e para melhorar a qualidade da educação. Entretanto, é preciso uma maior visibilidade desta ação como uma prática necessária para mudanças significativas nos processos administrativos e pedagógicos vivenciados dentro do contexto escolar.

Análise dos dados

Utilizando abordagem qualitativa da pesquisa de campo o questionário é um dos instrumentos mais utilizados para a coleta de dados. Permite que se garanta o anonimato das respostas e que as pessoas o respondam no momento em que julgarem mais convenientes.

O questionário pode ser definido como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc. (GIL1999, p.128).

Para esta pesquisa foram ofertados dois questionários para gestores de três escolas municipais de Educação Infantil e Ensino Fundamental, totalizando 6 questionários.

Segundo o questionário respondido pelos gestores das escolas pesquisadas somente os coordenadores e docentes participam das reuniões para avaliar o trabalho da escola. Novaes e Carneiro, (2012) repetem que o processo deve ser acompanhado de ampla mobilização dos sujeitos em geral e dos principais atores envolvidos (diretores, professores, equipes escolares, alunos, pais)

A participação dos pais fica restrita a ratificar decisões já tomadas, principalmente em relação a problemas de disciplina, de fracasso ou sucesso na aprendizagem no final dos bimestres. Apesar dos princípios da gestão democrática, fica evidente que os alunos, pais e responsáveis são meros espectadores na avaliação da escola como um todo.

Conforme legislação vigente, a proposta de avaliação institucional consta nos Projetos Político Pedagógico e nos Regimentos Escolares das escolas pesquisadas. No entanto percebe-se também que gestores consideram a avaliação da instituição somente na dimensão pedagógica e de resultados educacionais. Apesar da prática da avaliação institucional estar garantida no Projeto Político Pedagógico das escolas ainda não existe um projeto que regulamente a ação.

A maioria das escolas utiliza os dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, as notas da Provinha Brasil, indicadores do desempenho escolar nas reuniões bimestrais com os pais. Ou seja, a avaliação externa é vista apenas como monitoramento da aprendizagem, privilegia a identificação e definição de metas de melhoria do desempenho escolar, a análise, a divulgação dos resultados e a transparência dos resultados. Nas questões objetivas as respostas são todas positivas, já nas questões descritivas os diretores demonstram pouco conhecimento a respeito do conceito abrangente da avaliação institucional, assim como a importância da escola ser avaliada em todos os aspectos, não somente o pedagógico, o desempenho discente. A avaliação interna dos serviços e recursos humanos tecnológicos, a gestão participativa, a formação continuada são relegadas ao segundo plano.

Na Deliberação 02/2010, Art. 71 do Conselho Estadual da Educação do Paraná avaliação institucional engloba a avaliação interna, a avaliação externa e o desempenho de seus estudantes, ou seja, todas as dimensões devem ser articuladas, no entendimento da globalidade da instituição, superando a visão fragmentada de avaliação.

Na questão quantos aos mecanismos utilizados no processo avaliativo, segundo a legislação do Paraná a avaliação institucional na Educação Básica deve ocorrer mediante instrumentos definidos no âmbito do Sistema Estadual de Ensino, nos termos da legislação aplicável. No entanto as escolas necessitam de liberdade e da autonomia de construção do projeto de auto-avaliação da escola. Devem ser permitidas adaptações às realidades educacionais. Os educadores constantemente reclamam de propostas construídas de cima para baixo.

Conforme afirma Luck, (2012), a avaliação institucional, para ser efetiva, não deve estar centrada em modelos prontos. Cada escola deve formular para formular a sua avaliação de forma flexível, delineando o conjunto de elementos que fazem parte de sua política de desenvolvimento e ajuste, pois não este um projeto acabado e está em permanente construção.

“Existe na escola algum procedimento para avaliar o trabalho realizado durante o ano por todos que ali trabalha”?

Gestor A: Sim, através da Secretaria da Educação, ficha avaliativa.

Gestor B: Sim. Através do planejamento anual... Com o conselho (de classe) e corpo docente.

Na questão a respeito da avaliação dos profissionais na escola, confunde-se a avaliação institucional com a avaliação anual realizada pela Secretaria da Educação pra fins de promoção e aumento de referência salarial. Contudo de acordo com Fernandes (2002) um processo avaliativo sério e participativo possibilita a descoberta da identidade da escola, uma caminhada reflexiva, democrática e formativa. Os dados coletados mudam e renovam esperanças e compromisso com um trabalho qualitativo e satisfatório para a comunidade escolar e para a sociedade.

Na questão sobre o uso dos resultados da avaliação institucional na escola, as respondentes afirmaram que as avaliações institucionais servem para melhorar as práticas administrativas e em seguida as práticas pedagógica. As ações corroboram com Ristoff (1995) a avaliação reflete a realidade, cria enfoques, perspectivas, mostra as relações, atribuindo significado. Sem um eficiente trabalho interpretativo, os dados serão apenas marcas sobre tabelas e gráficos, sem utilidade gerencial. E qualquer processo de avaliação institucional deve servir para transformar o ambiente escolar, propondo mudanças, intervindo de maneira positiva na realidade.

Em escolas a avaliação ocorre durante o Conselho de Classe, no entanto essas reuniões não são abertas á comunidade. Percebe-se que as escolas apesar de reconhecer a importância das instituições auxiliares como Associações de Pais e Mestres, Conselho de Classe, ainda não conseguem se organizar para uma gestão Participativa.

Considerações Finais

O projeto de avaliação precisa ser articulado pela gestão e obter a participação da comunidade para avaliar e definir os rumos da escola. Isso não vem acontecendo segundo os gestores nas escolas foco deste estudo.

O envolvimento dos pais não pode se restringir somente na participação nas reuniões para conhecer o desempenho acadêmico dos filhos ou cumprimento da legislação.

A avaliação sem dúvida interfere na prática e não há como dissociá-la da qualidade numa instituição escolar que precisa revisar constantemente seus métodos, auxiliando a levantar informações mais relevantes.

Nas informações contidas no Projeto Político Pedagógico, Regimento e Planos de Gestão notam-se um sentido burocrático e não o compromisso com a melhoria na qualidade de ensino.

Nos procedimentos avaliativos da escola, apesar de garantida por lei, as escolas vêm exercendo de modo precário sua autonomia, pois quando precisam prestar contas sobre o trabalho, precisam se utilizar mecanismos previsto pelo Estado, sem levar em conta sua realidade e problemas. Avaliação realizada com os mesmos mecanismos para todas da secretaria municipal de educação e diretor, desconsiderando completamente comunidade escolar. Cada escola é uma realidade e precisa ser diagnosticada segundo suas peculiaridades e especificidades, criando mecanismos próprios que possibilitam a participação de todos os atores.

As avaliações realizadas muitas vezes somente no final do ano, durante a elaboração do Planejamento Anual ou Conselho Escolar apresentam contradições sobre a participação da comunidade. Não há reflexão e socialização dos resultados da avaliação, porque ficou evidente que é realizada somente com gestores e professores. Como a avaliação além de ferramenta pedagógica é também política e

administrativa, quando questionados sobre a transparência dos resultados dos serviços prestados a sua comunidade, os gestores não esclareceram se as ações são retomados ou se os serviços demonstram resultados que melhorasse a instituição como um todo. O projeto educativo das escolas pesquisadas está centrado na equipe gestora e apesar do discurso democrático não condiz com a realidade em relação á participação dos colegiados e comunidade na gestão, a participação dos pais ficando reduzido ao conhecimento sobre o desempenho dos filhos. Que esse estudo possa contribuir auxiliando as pessoas que atuam na/sobre a escola a repensar e reorganizar suas práticas de gestão, em especial, na construção de uma avaliação institucional democrática.

Só é possível avaliar a escola democraticamente, compreendendo a avaliação como além de uma ferramenta de identificação de problemas, um recurso valiosíssimo para a gestão escolar, auxiliando no envolvimento coletivo. E, como sabe os problemas escolares/educacionais não serão resolvidos enquanto os sujeitos que fazem a escola na sua totalidade (professores, alunos, famílias, funcionários não docentes, diretores) não estiverem todos envolvidos/comprometidos com a qualidade educacional, ainda que com características e olhares muito peculiares (Novaes e Carneiro, 2012).

Conclui-se que a prática de avaliação nas escolas ainda está efetivada de forma isolada e fragmentada, necessitando que seja implantada de forma coerente com a realidade da escola e com procedimentos que avalie a escola na sua totalidade, em todas as dimensões.

Acredita-se que a partir da abertura para a participação da comunidade na avaliação do trabalho escolar, no conhecimento e discussões sobre os problemas de gestão e todos os atores desempenharão um papel ativo nas decisões escolares, criando novos espaços políticos e novas relações que transformam a escola.

O uso das informações fornecidas pela avaliação interna e externa na escola para repensar ou reformular as práticas de gestão, planos escolares e proposta pedagógica, baseando-se nos teóricos e questionários, pode se afirmar a avaliação institucional na escola possibilita a escola identificar os pontos fortes, as fragilidades e os possibilitando o aprimoramento da gestão por meio de ações ou metas que viabilizem melhoria na qualidade da educação. A reflexão e socialização dos resultados da avaliação, porque fica evidente que é realizada somente com gestores e professores.

Por fim acredita-se que a partir da abertura para a participação da comunidade na avaliação do trabalho escolar, no conhecimento e discussões sobre os problemas de gestão e todos os atores desempenharão um papel ativo nas decisões escolares, criando novos espaços políticos e novas relações que transformam a escola.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Targélia de Souza; Oliveira, Eloiza da Silva Gomes de. / **Avaliação da Educação e da Aprendizagem**. 2. Ed. – Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2008 340 p.

ANPED, 30^a Reunião. **A Avaliação Institucional e a Gestão Democrática na Escola** SILVA Itamar Mendes da – PUC-Campinas

BELLONI, I; MAGALHÃES H.; SOUSA, L. C. **Metodologia de avaliação em políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2003.

BETINI, G. A. **Avaliação Institucional Participativa em Escolas Públicas de Ensino Fundamental**. Educação, Rio Claro, v. 20, n.35, jul-dez, 2010, p. 117-132.

DALBEN, A. **Avaliação Institucional na Escola de Educação Básica: uma aproximação orientada pelos princípios da participação**. Educação, Rio Claro, v. 20, n.35, jul - dez, 2010, p. 133-146.

DARLING-HAMMOND, L. & ASCHER, C. **Construindo Sistemas de Controle em Escolas Urbanas**. Estudos em Avaliação Educacional. v. 17, n. 35, set/dez de2006.

DIAS SOBRINHO, J. **AVALIAÇÃO: Políticas educacionais e reformas da Educação Superior**. São Paulo:Cortez,2003

FERNANDES, M. E. A. **Avaliar a escola é preciso: mas... que avaliação?**.In: VIEIRA, S. L.(Org.).Gestão da escola:desafios a enfrentar.Rio de Janeiro:D P &A,2002

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. Goiânia: Alternativa, 2004

LIMA, S. E. **O Diretor e as avaliações aplicadas na escola**. 228 f. Tese Doutorado em Educação, Desenvolvimento Profissional Docente, Universidade de Brasília, dezembro, 2001. Disponível em <http://repositorio.unb.br/handle/10482/10108>. Acesso em 12/02/2014.

LÜCK, Heloísa. **Perspectivas da avaliação institucional da escola**. Rio de Janeiro: ed. Vozes. 2012.

LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MELCHIOR, Maria Celina. **Avaliação para qualificar a prática docente: espaço para a ação supervisora**. Porto Alegre:Premier, 2001.

NOVAES, Ivan Luiz; CARNEIRO, Breno Pádua Brandão. **A Avaliação Institucional no Contexto dos Sistemas da Educação Básica**. In: HETKOWSKI, Tânia Maria, NOVAES, Ivan Luiz. *Gestão, Tecnologias e Educação: Construindo Redes Sociais*. P. 58-77, EDUNEB: Salvador, 2012.

PINHA S. L. M. **Avaliação Escola na escola pública de educação básica: possibilidades para aprimoramento da gestão Escolar**. 178 f .Dissertação (Mestrado em Educação)Área de Instituição Educacional - Organização - Universidade do Oeste Paulista,Presidente Prudente, 2012. Disponível em http://apeclx.unoeste.br/tede/tde_busca/arquivo.php.. Acesso em 15/02/2014.

RISTOFF, Dilvo I. Avaliação Institucional: pensando princípios. In: BALZAN, Cesar Newton; DIAS SOBRINHO, José (Orgs.). **Avaliação Institucional – teoria e experiências**. São Paulo: Cortez, 1995.

VEIGA, Ilma Passos A. **Projeto político pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas: Papirus, 1997.

http://www.cee.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Deliberacoes/2010/deliberacao_02_10.pdf